

# Jogo de tensões na economia

por Celso Pinto  
de Brasília

A ausência do presidente Tancredo Neves, desde o começo da Nova República, gerou indefinição, insegurança e perplexidade em vários setores. Foi a área econômica, no entanto, a que mais sentiu: em nenhum outro campo o sucesso da operação do delicado arranjo político da Aliança Democrática dependia tanto do respaldo pessoal de Tancredo.

Um reflexo deste fato é a inevitável sensação de dispersão que as primeiras medidas econômicas deixaram. Como admite um membro do primeiro escalão do governo, o que houve até agora foi muito mais uma sucessão de tiros esparsos do que uma bem articulada artilharia.

Não faltam idéias na equipe econômica. Um dos problemas principais talvez seja exatamente o oposto: existem concepções muito diferenciadas no governo, especialmente entre o Ministério da Fazenda e a

Secretaria do Planejamento. Falta uma definição política clara dos espaços de manobra.

As divergências não são novas. Elas sempre existiram e eram inevitáveis numa aliança que soma a heterodoxia do PMDB e seus compromissos com um rompimento mais profundo com a política econômica anterior, e a visão mais ortodoxa de setores liberais. Ao presidente Tancredo sempre foi atribuído o talento de conjugar uma visão persistentemente austera na administração de seu caixa, com a sensibilidade para atender a algumas aspirações básicas de mudanças.

Ele, contudo, não transmitiu seu segredo a ninguém. O que se viu, por enquanto, foi uma tentativa, por parte da Fazenda, de assumir a hegemonia na formulação da política econômica, conferindo-lhe um caráter nitidamente ortodoxo, mas que tem sido muito mais forte ao nível da retórica do que ao das medidas concretas. De outro lado, a Seplan está procurando fixar seu espaço, de inspiração heterodoxa, a agir como a fiadora das promessas de mudanças.

## TERRENO DELICADO

Quando as duas ações se cruzam, a administração fica delicada. Tome-se o exemplo do programa de emergência, que está, no momento, na mesa de discussões.

Este programa foi longamente discutido no nível da Comissão para o Plano de Governo (Copag). Deveria ser um conjunto de ações de cunho nitidamente social, que teriam um impacto imediato sobre o desemprego e a alimentação das populações carentes. O então candidato Tancredo Neves mencionou a exaustão os méritos e a importância do programa de emergência. Ele seria a contrapartida necessária a uma postura inicial dura contra a inflação. Seria a mais firme prova de que a República, que se instalaria a 15 de março, seria realmente nova em sua atitude frente aos problemas econômicos.

A Copag montou um plano ambicioso, que somaria algo em torno de Cr\$ 15 trilhões, alocados de verbas teoricamente já previstas no orçamento fiscal. Na vida real, as coisas não são bem assim. Parte das verbas supostamente disponíveis já está comprometida e não se pode falar em usar sequer metade do dinheiro prometido no plano da Copag sem que isso exija um esforço concreto por parte do governo federal.

Uma execução rigorosa dos desígnios da Fazenda tornaria a aplicação do plano de emergência temerária, num momento em que há tanto esforço em encontrar fórmulas para cortar despesas públicas. Isto gerou a resistência de Dornelles à idéia,

mas ela acabou endossada pelo presidente interino, José Sarney, com o apadrinhamento do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.

Problemas deste tipo tendem a repetir-se, na medida em que ninguém tem a fórmula ideal para sustentar a equação econômica em proporções adequadas entre o respeito à austeridade aos compromissos políticos. E bom que se amplie a discussão política da formulação econômica, mas será muito desgastante se, para cada ponto polêmico, a arbitragem tiver de ser feita desta forma. O risco é esvair-se, aceleradamente, a credibilidade na firmeza da condução da política econômica — qualquer que seja o rumo que se imprima a ela.

Esta diferença de pontos de vista não é epidérmica. Trata-se de visões substancialmente distintas do que deve ser a terapia econômica.

Na Fazenda, predomina um tipo de concepção ortodoxa. A questão crucial da economia brasileira, hoje, é a existência de um expressivo déficit do setor público, em parte escamoteado nas contas do governo anterior. E este déficit que tem provocado a inflação, tem forçado as taxas de juros a níveis absurdos e impedido, em última instância, a retomada do crescimento econômico ordenado.

Para debelar este déficit, a receita da Fazenda também é clara. Não há mais espaço tributário disponível para continuar tentando contê-lo através de geração de novas receitas. E preciso cortar, decisivamente, as despesas públicas, e este ponto acabou incluído no discurso que o presidente Tancredo dedicou à primeira reunião ministerial e que foi lido pelo presidente em exercício, José Sarney. "É proibido gastar", foi o signo que abriu a Nova República na área econômica e tem sido a arma de discussão interna da Fazenda.

Fiel a esta concepção, a Fazenda embutiu esta orientação nas primeiras medidas que tomou — e nas quais não houve nenhuma participação significativa da Seplan. O corte do orçamento da União em 10% e a suspensão dos empréstimos em bancos oficiais por sessenta dias marcaram esta disposição.

Em ambos os casos, no entanto, o estrondo no anúncio e na forma das medidas foi muito maior do que seu alcance prático. O corte dos 10% seria muito importante, não fosse o fato de ele não incidir sobre alguns itens importantes, como despesas de pessoal e financeira, e se ele se aplicasse a um orçamento realista. Na realidade, ele foi operado sobre um orçamento da União calculado a partir de uma projeção de inflação

(Continua na página 3)